

AMAZÔNIA

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, PRÁTICAS DE 'COLONIZAÇÃO' E CONTROLE DO TERRITÓRIO NA DITADURA MILITAR (1964-85)

AMAZON: GOVERNMENT POLICIES, 'COLONIZATION' PRACTICES
AND TERRITORY CONTROL DURING MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

Vitale Joanoni Neto¹ e Regina Beatriz Guimarães Neto²

| <i>Palabras clave</i> | <i>Resumen</i> |
|--|---|
| Amazônia legal, Colonização, Urbanização | O artigo analisa as estratégias de (re)ocupação da Amazônia brasileira durante a ditadura militar implantada com o golpe de 1964, em particular o estímulo ao que se convencionou chamar de “projetos de colonização e agropecuários” e o consequente surgimento de cidades como parte desses projetos. Analisamos as políticas públicas no âmbito dos dispositivos e tecnologias de poder, implementadas e usadas como estratégias para os deslocamentos dos trabalhadores rurais, bem como os resultados práticos das suas condições de vida e trabalho na Amazônia. Nesse quadro histórico, situa-se a expropriação do pequeno proprietário rural, a concentração e monopólio do uso capitalista da terra, a violência aos povos indígenas e a devastação ao meio ambiente e, que ao final, resultou em um grande processo de urbanização, concentração fundiária e produção de <i>commodities</i> . |
| <i>Recibido</i> 5-4-2018 <i>Aceptado</i> 28-11-2018 | |
| <i>Key words</i> | <i>Abstract</i> |
| Legal Amazon, Colonization, Urbanization | This article analyzes the (re)occupation strategies of the Brazilian Amazon during the military dictatorship begun in 1964. Particularly it studies the stimulus to the so-called “colonization and agricultural projects” and the consequent urban growth as part of these projects. We analyze public policies in the light of power devices and technologies used to displace rural workers, as well as their impact on the living and working conditions in the Amazon. Some of the main changes included expropriation of the small rural landowners, concentration and monopolization of capitalist land use, violence against indigenous peoples and environmental damage, all of which resulted in a great urbanization process, land concentration and commodity production. |
| <i>Received</i> 5-4-2018 <i>Accepted</i> 28-11-2018 | |

1 Universidade Federal de Mato Grosso. Caixa Postal 3531, CEP 78.070-970, Cuiabá, MT, Brasil. C. e.: vitalejneto@gmail.com.

2 Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. C. e.: reginabeatrizg@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O golpe de estado realizado pelos militares no Brasil, em 31 de março de 1964, com amplo apoio de setores civis e religiosos, redireciona as reformas sociais propostas pelo governo João Goulart (1961-1964), entre elas a reforma agrária (Ferreira y Gomes 2014). A partir do golpe, o modelo de desenvolvimento proposto para o Brasil e, em especial, para a Amazônia,³ passa a contemplar um conjunto de políticas que resultou em maior concentração da riqueza e restringiu ainda mais o acesso dos pequenos produtores e trabalhadores rurais à terra.

Com a violência instaurada pelo golpe militar, inicia-se no governo do General Castelo Branco (1964-1967) diversas cassações e prisões de políticos, grande repressão a lideranças de trabalhadores rurais e intervenções nos sindicatos rurais e associações rurais, como no Nordeste, com as Ligas Camponesas. Repressão violenta, com assassinatos e torturas, que provoca intensa desmobilização política no campo. Sobre o nível dessa mobilização política no campo, na luta pelo reconhecimento de direitos trabalhistas, antes do golpe militar em 1964, os especialistas indicam que em 1960 havia apenas cinco sindicatos de trabalhadores rurais formalizados no Brasil (Andrade 1989, Lima 2012). Em 1963 este número havia saltado para 475 sindicatos de trabalhadores rurais e 29 federações formalizados ou em processo de formalização (Barbosa 2007). O poder do Estado, nessa configuração, expressa a força da manutenção do *status quo* da política agrária no Brasil –alta concentração fundiária– que, nesse sentido, indica uma das mais importantes interfaces das relações entre “militares” e “civis” (grandes empresários –capital industrial e financeiro– e proprietários de terra).

A positividade da política de intervenção, com a qual se apresenta o governo militar, e as propostas de desenvolvimento econômico, em conjunto com os empresários, aparecem como pressuposto da legitimidade das ações a serem adotadas. Estas se baseiam em critérios dispostos a construir soluções para o problema social da terra. Neste discurso, o problema da desigualdade social no Brasil não seria outro senão a distribuição inadequada da população em seu território, efeito de uma grande distorção demográfica, e não a concentração da terra nas mãos da oligarquia agrária. Na solução indicada, portanto, o Estado deveria promover o deslocamento de grupos sociais de áreas com maior concentração populacional e maior índice de conflito agrário, como

3 Importante destacar que por meio de um dispositivo legal, a Lei 1.806 de 06.01.1953, estabeleceu-se que a Amazônia brasileira passaria a ser denominada “Amazônia Legal”, integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). No entanto, ao fazermos referência ao território amazônico, nossas análises operam com a representação de território na perspectiva das práticas sociais e sua dimensão cultural (Santos 1996 e 2001). Chamamos atenção para a necessidade de uma análise crítica dos esquemas interpretativos que têm como objetivo explicar e identificar a Amazônia como região, classificações arbitrárias que instituem identidades étnicas e regionais (Almeida 2008). Em termos comparativos o Brasil tem 8.514.876 km² de território total sendo que a Amazônia Legal brasileira possui 5.098.034 km², ou 59,88% dessa extensão, mas com apenas 12,41% da população brasileira.

no Nordeste e áreas do Centro-Sul do Brasil, para áreas “vazias” da região amazônica (sem considerar os povos indígenas). Nessa perspectiva, um plano racional de “redistribuição de populações” estimularia a “ocupação” e o desenvolvimento da Amazônia, como também da região Nordeste do país, vista como “pouco industrializada” e com altos níveis de pobreza.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –SUDAM–, como instituição criada em 1966 a partir de reordenações político-administrativas na Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia –SPVEA– (instituída em 1953 pelo governo de Getúlio Vargas), passa a ter força de um dispositivo político para determinar e orientar o desenvolvimento e o progresso do país (Petit 2003). Por meio deste órgão redireciona-se a política de incentivos fiscais –que privilegiava antes as atividades industriais– para os projetos agropecuários, com o fim de atrair o empresariado a investir na Amazônia. Esta é a base do discurso do Estado, para quem a integração da Amazônia aos centros produtivos do país (Centro-Sul) se apresenta como essencial a sua política econômica.

Ao analisar o conjunto das políticas públicas orientado para a Amazônia e as práticas discursivas que o sustenta, levamos em conta, portanto, as engrenagens políticas da ditadura militar (1964-85) com base em seu projeto de governamentalidade. Tal concepção tem como base a análise dos dispositivos políticos, formado por um conjunto bastante heterogêneo –instituições, discursos, programas, regulamentos, medidas administrativas, etc.– que constituem um governo (Foucault 2008), centrado na correlação que se pode fazer entre segurança, controle territorial e população para refletirmos sobre a constituição de uma racionalidade governamental “moderna” com a qual se apresenta. Compreende-se, nesse âmbito, as relações do Estado com os empresários e instituições financeiras, que constituem o *modus operandi* do capital na ditadura militar (ver documentos do SNI / acervo Comissão da Verdade que se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). No mesmo movimento, em sua outra face, essas relações serão intensamente conflituosas com os segmentos sociais da população pobre, como trabalhadores sem a posse da terra, pequenos proprietários, seringueiros, e os povos indígenas, registrados em inúmeros conflitos por terra (Cf. *Conflitos no Campo Brasil*, 2003 e 2009, da Comissão da Pastoral da Terra –CPT–). É nesse processo histórico que emerge a formação de uma rede de deslocamentos de grupos sociais apropriados da terra/explorados pelo capital para os espaços amazônicos que, a partir da década de 1970, toma uma proporção nunca vista, inédita, em comparação com as experiências migratórias anteriores para a Amazônia (Araújo 2015).

Nossas reflexões se referem a um conjunto de experiências, políticas e práticas diversas, diretamente relacionadas à “ocupação recente” da Amazônia e às formas de controle governamental da população no território, sob a vigilância do Conselho de Segurança Nacional (CSN), instituído desde 1964. Buscamos dar visibilidade no nível micropolítico –inter-relacionado ao nível macro– como operam e se ampliam os investimentos econômicos *pari passu* com as formas de controle, vigilância e domina-

ção/regulação da população. Assim, passamos, em nossas investigações, a levantar uma documentação que possa dar acesso às ações de empresários e proprietários de terra que se sentiam acobertados para agir, torturar, assassinar trabalhadores rurais, efetuar massacres a grupos de “garimpeiros”, a posseiros e a grupos indígenas, juntamente com forças policiais e paramilitares (Santos 2018 e arquivos da CPT⁴). Não apenas militares –é necessário esclarecer– mas civis, empresários e proprietários e seus comandados, capatazes e pistoleiros estiveram envolvidos com as torturas, assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais, seringueiros, lideranças ambientalistas, indígenas, etc. (Pereira 2015 e arquivos já indicados da CPT). Fazem parte da memória da ditadura militar ainda em forte disputa no campo político brasileiro. (Fico, Araújo e Grin 2012, Martins 2011).

É referência para nossa análise, neste artigo, os programas de desenvolvimento econômico que se apoiam em políticas governamentais que têm como pauta os projetos denominados “de colonização”, situados na Amazônia Legal, deixados a cargo do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), na esfera Federal. Contudo, alguns estados da Amazônia, particularmente, os estados de Mato Grosso e Rondônia, destacam-se com o grande número apresentado de “projetos de colonização”. No caso de Rondônia predominam os projetos ditos de “colonização oficial”, subsidiados pelo Estado; já Mato Grosso, o peso recai sobre os projetos de “colonização privada”, que conta também com a ingerência da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), fundada em 1968. Este estado será central para a política de colonização efetuada pelo setor empresarial, que justificará os “projetos de colonização” como uma das formas de enfrentar os conflitos agrários, “modelo para a Amazônia”. Uma ação, que na prática, atuará contra a reforma agrária e que se tornará fundamental para a expansão das atividades empresariais –base para o agronegócio hoje–, envolvidas a realizar o projeto de “modernização agrícola”.

Nosso interesse, neste tema, portanto, não é circunscrever nossas pesquisas às abordagens macropolíticas de forma a abranger uma sequência de eventos e políticas oficiais, mas, em especial, concentrar a análise em certos aspectos mais localizados nas políticas governamentais e nas práticas sociais que imperam nas áreas dos “projetos de colonização”, fundamentais para a “ocupação” da Amazônia no período da ditadura militar –especialmente nos anos 1970–.

PLURALIDADE E SINGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO E AS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS

Escrever sobre os tempos da ditadura militar, em um passado recente, seja para qualquer região deste ou outro país é sempre tarefa árdua. Numa perspectiva histórica, é fundamental contar com análises que investiguem as práticas políticas dos governos

4 Cf. CPT: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos>.

militares no conjunto da sociedade, e que se possa focalizar –em diferentes regiões e localidades– os empreendimentos econômicos, as áreas de conflitos e o cotidiano da vida social sob diversos aspectos. A historiografia brasileira tem avançado nesses estudos, nas últimas décadas, ampliando o debate sobre as práticas políticas da ditadura militar no cotidiano das populações indígenas (Costa 2009, Santos 2018, Valente 2017), das comunidades de posseiros (Pereira 2015, Souza 2009), nos conflitos pela disputa da terra que envolvem os trabalhadores rurais (Andrade 1989, Pereira 2015), nas condições de superexploração dos trabalhadores que envolvem o uso do trabalho escravo contemporâneo (Gomes e Guimarães Neto 2018), entre outros. Na mesma linha, estudar as práticas e as tecnologias governamentais associadas às atuações de empresários e proprietários de terras nos empreendimentos agrícolas e pecuários, projetos de colonização, e grandes investimentos na exploração de minérios e madeira, bem como na construção de hidrelétricas, em especial na Amazônia, torna-se imprescindível. Ainda que os estudos específicos sobre os diversos grupos sociais e a natureza dos investimentos capitalistas necessitem apresentar maiores articulações entre si, é inegável a contribuição dos historiadores e historiadoras, em diálogo constante com a geografia, o direito, as ciências política, econômica e sociais.

O discurso que alia governo e empresários assenta-se em práticas que ampliam consideravelmente a participação e a venda de terras públicas nos estados da região amazônica para vários empreendimentos econômicos, não apenas ao capital nacional, mas ao capital estrangeiro e provocam a constituição de um novo mercado de trabalho, relacionado às frentes econômicas que se instalam (Ianni 1979, Guimarães Neto 2006). Esse modelo de desenvolvimento econômico, no âmbito do qual se encontram as propostas para a chamada “modernização da agricultura” na Amazônia, articula-se com o que já vigorava na parte Sul e Sudeste do Brasil, com base no desenvolvimento da agroindústria –denominada de “Revolução Verde”–. Tal modelo ampliava consideravelmente o processo de expropriação dos pequenos produtores no Sul do Brasil.

Nessa configuração econômica, os estados que fazem parte da Amazônia brasileira serão vistos como áreas de “fronteira agrícola”, que se abrem a novos investimentos –e reserva de valor, com a alta da renda da terra– integrados ao mercado capitalista. Os projetos de colonização, neste contexto, representam ações efetivas de deslocamentos programados e mesmo não programados de grupos sociais para várias áreas emergentes de colonização na região amazônica.

Utilizamos como base documental de nossos estudos vários documentos que se encontram em acervos reunidos no Arquivo Nacional que trazem à tona documentos do acervo da Comissão Nacional da Verdade recolhidos em 2015 em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispôs sobre o recolhimento dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). A equipe da Comissão Nacional da Verdade tinha como objetivo localizar documentos produzidos pelos serviços secretos militares, do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR),

do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações do Exterior (CIEX) e também os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Essas informações tratam sobre o que ocorria em todos os quadrantes do território nacional, através de uma extensa rede de espionagem, registrando-se as ações de agentes sociais que resistiam e eram vistos como “subversivos”, assim como aqueles que eram considerados parceiros confiáveis. É nesse contexto que se pode compreender como o governo acionava uma complexa e sofisticada estrutura de informação e repressão que, por meio dos próprios dispositivos de legalidade, ou melhor, dispositivos que se situam dentro e fora do ordenamento jurídico, podia suspender a lei quando lhe conviesse (Figueiredo 2015).

Os documentos consultados são reveladores das estreitas relações entre as empresas privadas e órgãos e instituições do governo. Empresas, por exemplo, que investem em agropecuárias e na colonização e que têm conexões diretas com forças policiais estaduais, contando com as forças de repressão para atuarem, incluindo massacres a grupos sociais (grupos de posseiros, garimpeiros e povos indígenas).⁵ Os documentos oferecem à leitura informes, averiguações e descrições que relatam detalhadamente sobre as ações de empresários e de comerciantes nas áreas de colonização, das agropecuárias e agroindústrias, zonas de mineração, etc. Nomeiam empresários e comerciantes de diferentes ramos, até mesmo do tráfico de drogas e prostituição. Informam ações dos empreiteiros que submetem trabalhadores a grande exploração de trabalho, até mesmo ao “regime de trabalho escravo”, e indicam “trabalho escravo” de crianças e “ocorrências”, tais como “massacres de garimpeiros”, “invasão de posseiros”, compra de terras em áreas indígenas, mortes e assassinatos. Além disso, detalham procedimentos do governo e das instituições em apoio aos empresários (Guimarães Neto e Joaoni Neto 2018). Pode-se depreender deste quadro, que o interesse do governo não é reprimir ações ilegais ou violentas contra os cidadãos ou que afetam os direitos humanos, mas o objetivo é esquadrihar os “inimigos internos”, ou seja, aqueles que se opõem ao governo da ditadura militar, vistos como subversivos.

É no âmbito dessa complexidade histórica e metodológica, reunindo fontes documentais e buscando explorar novos aportes teóricos, que pretendemos analisar alguns aspectos que nos possibilitem analisar a ditadura militar no Brasil. Para isso, consideramos que ampliar o raio de visão e focalizar não apenas a política de Estado associada às repressões, perseguições, prisões, assassinatos e desaparecimentos da militância de esquerda e de pessoas e outros grupos sociais –sem desconsiderá-las ou colocá-las em segundo plano– ajuda a perscrutar outras dimensões, relacionadas às práticas policiais de governo, a fim de reunir os mais variados aspectos da configuração social a ser analisada.

Documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) e documentos das instituições federais, como o INCRA, a SUDAM, matérias da imprensa nacional, somados a outras

5 Consultar um dos documentos expressivos dessas práticas: “Colonizadora Massacre 300 garimpeiros”. Que consta no Pedido de Busca de Nº 052/3? SC/79. ORIGEM: 3ª. SC – SG/CSN; DIFUSÃO: AC/SNI. Acervo de documentos: Comissão Nacional da Verdade, depositado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em 24 de julho de 2015.

fontes advindas das pesquisas que realizamos com base em relatos orais oferecem valiosos indícios da estrutura social da ditadura militar no Brasil. As entrevistas com pequenos proprietários –os “colonos” em áreas dos projetos de colonização– e trabalhadores rurais, em diversas condições de trabalho, bem como importantes lideranças sindicais constituem marcos, vestígios, rastros que contribuem para analisar os conflitos sociais na Amazônia, aproximando-nos da esfera da luta e da repressão aos trabalhadores rurais, a posseiros, seringueiros, comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas.⁶ Os relatos orais, nessa configuração, foram e continuam a ser tratados em suas especificidades históricas e como fontes documentais, metodologicamente autorizadas pelo campo da história, amplamente debatidas pela Associação Brasileira de História Oral –ABHO–. Nessa perspectiva, não têm a pretensão de “recriar o real” ou corresponder diretamente a uma “cópia do real”; não são testemunhos tratados “ilustrando um contexto” ou “uma realidade”, mas são vistos como práticas discursivas, produtores de diferentes pontos de vista, em que se atribui um sentido inédito às palavras, assim como a irrupção de diferenças e singularidades. Os relatos orais, desse modo, não falam por outros, não “ressuscitam” o tempo passado, mas respondem às questões contidas no presente e como tal, devem ser avaliados em sua potencialidade criadora de novos significados. (Guimarães Neto 2012, p. 18). São alçados à condição de documentos por nossa escolha e opções metodológicas, que, por sua vez, norteiam nossa leitura do passado e a construção narrativa, sempre a observar as palavras de Borges: “O que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo, pois a linguagem o é.” (*O Aleph*, p. 695).

Por fim, o que pretendemos aqui é tão somente enunciar premissas metodológicas referentes ao uso dos documentos escritos e orais, tomados como fontes documentais e trabalhados na dinâmica da linguagem escrita que configura o texto como narrativa.

DISPOSITIVOS POLÍTICOS, SEGURANÇA, TERRITÓRIO E CONTROLE DE POPULAÇÃO

Discursos e dispositivos políticos expõem na prática o que será anunciado como Integração Nacional, ideia mestra para promover, na perspectiva do Estado, o desenvolvimento e a modernização do país. A proposição assenta-se no apoio à industrialização do Centro-Sul e planos de desenvolvimento para o Nordeste, contra o “atraso” e a improdutividade de regiões, como a Amazônia.

6 Destacamos, entre os projetos já desenvolvidos sob nossa coordenação, durante os anos de 1998-2000, o Projeto Integrado de Pesquisa “Movimentos populacionais, cidades e culturas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Realizamos uma série de entrevistas com “trabalhadores temporários” e “colonos” do projeto de colonização da cidade de Juína (parte noroeste do estado de Mato Grosso, região amazônica). Além disso, registramos projetos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenados pelo professor e investigador Vitale Joanoni Neto (desde os anos 2000) e os projetos de bolsa produtividade (CNPq) da professora e investigadora Regina Beatriz Guimarães Neto, desde 2004. Não podemos deixar de mencionar nossas investigações nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra – <https://www.cptnacional.org.br>, que apresentam registros sobre os conflitos sociais no campo, desde a sua fundação em 1975.

Uma breve retrospectiva esclarece alguns aspectos importantes. Pode-se dizer que as propostas levadas a cabo pelos governos militares (1964-85) se apropriaram dos discursos sobre a “integração nacional” que se propagavam pelo país desde, pelo menos, o período de Getúlio Vargas (1930-45), especialmente com a anunciada Marcha para Oeste, em 1940. O projeto que dava corpo à Integração Nacional e que incorporava a defesa da integridade do território, somado ao interesse da expansão do capital sobre “novas” áreas (que Vargas denominava de “um imperialismo voltado para dentro”), constituiu-se em diferentes discursos e estratégias ao longo do século XX. Getúlio Vargas propôs a Marcha para Oeste visando a reocupação do Centro-Oeste com um contingente populacional das áreas litorâneas, especialmente, daquelas onde havia pressão fundiária. Os locais visados para essa política foram os estados de Mato Grosso e Goiás, em um processo que foi visto como etapa preliminar de “ocupação” da Amazônia. Um dos objetivos declarados da Marcha para Oeste era fazer avançar a “fronteira civilizatória” e incorporar territórios –habitados por uma grande população indígena– aos centros econômicos ativos do país, o que garantiria a almejada unidade nacional. Para tornar possível esse desafio, o presidente encarregou o ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, para promover a interiorização do Brasil: assim nasceu a Fundação Brasil Central, e imediatamente, foi anunciada a criação da Expedição Roncador-Xingu. Iniciada em 1943, essa expedição avançou sobre o sul da Amazônia e travou contato com diversas etnias indígenas ainda desconhecidas. Várias colônias agrícolas foram fundadas nesse período, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941 e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943 são as mais conhecidas.

Outra iniciativa expresso no discurso de “integração do interior do Brasil ao seu litoral” se deu como parte das ações do governo de Juscelino Kubitschek. A construção de Brasília e a abertura do “cruzeiro rodoviário” foram responsáveis pela “anexação” de grandes extensões de terras, nas quais viviam povos indígenas e posseiros, pelos grupos que passaram a dominar as áreas rurais, no entorno das principais rodovias. Um processo de grilagem ao qual o governo federal deu às costas, mas que custou, por exemplo, conflitos violentos (Trombas e Formoso no norte do estado de Goiás). A abertura de rodovias, ligando a nova capital, Brasília, ao extremo Oeste e Norte do país, particularmente a rodovia Belém - Brasília, serviram como corredores norteadores da migração para essas “novas” terras.

Ao sublinhar estes pontos delineados procuramos demonstrar como esse conjunto de ideias e práticas, resguardando as suas especificidades históricas, compõem o pensamento político brasileiro e justificam programas e políticas governamentais ao longo da história republicana do Brasil. Assim, os governos militares se apropriaram de um discurso que possui impacto político, econômico e cultural no imaginário nacional brasileiro.

Destacam-se em uma nova configuração política, com a ditadura militar implantada em 1964: um novo Programa de Integração Nacional (PIN) –que prevê a constru-

ção de um amplo sistema viário, com destaque para as rodovias Transamazônica⁷ e a Cuiabá-Santarém (que liga o Sul e Centro-Oeste a Amazônia) e a apresentação de um amplo programa de colonização, e, ainda, programas como o Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste, entre outros, que se direcionam para áreas específicas-. A síntese apresentada pelo historiador Pere Petit (2003, p. 81-82) é bastante pertinente:

A política econômica da Administração Federal na Amazônia Legal, desde a criação da Sudam até o fim do Regime Militar (1985), pode ser dividida em três fases diferentes, ainda que todas elas alimentadas pela ideia da Amazônia como território vazio a ser ocupado. A primeira foi pautada pela mudança na política de incentivos fiscais [...] Na segunda fase, entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada a prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre... Na terceira fase, a partir de meados dos anos 70, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou as práticas da SPVEA e parte das desenvolvidas nos primeiros anos de existência da SUDAM, orientou sua intervenção econômica com base nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia em relação a outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional [...] durante o mandato na presidência da República de Ernesto Geisel (1974-1979), foi claramente definida qual seria a especialização econômica à qual seriam destinados os diferentes espaços intra-regionais da Amazônia brasileira, dando-se prioridade ao incremento da concentração fundiária e, sobretudo, aos investimentos destinados a criar a infraestrutura que demandavam os projetos minero-metalúrgicos, além da escolha das áreas ou municípios da Amazônia Legal que seriam objeto de especial interesse do Programa de Pólos Agropecuários e Agraminerais (Polamazônia).

Há vários aspectos a serem considerados nesta conformação política que toma a Amazônia durante a ditadura militar, sob a supervisão do Conselho de Segurança Nacional, e que faz do projeto de Integração Nacional um fenômeno completamente diferenciado dos já apresentados no passado. Um dos mais importantes é o intenso processo de reterritorialização dos espaços amazônicos, que se dá com a seleção de áreas específicas, relacionadas a certas atividades econômicas, segundo a ótica dos órgãos e instituições governamentais, como os acima mencionados. Estes têm como objetivo propor ações econômicas e estratégicas que instituem eixos de investimentos econômicos, denominados “polos de desenvolvimento”, que abram caminho às aplicações do capital nacional e estrangeiro, contando com os incentivos fiscais e financeiros do Estado. (Martins 1984, Almeida 1981, Ianni 1979).

Tais investimentos, que serão direcionados sobretudo a projetos agropecuários e minerais e a projetos denominados de “colonização”, terão impactos econômicos, sociais e culturais desestruturadores da vida dos povos indígenas e populações tradicionais, ribeirinhos e posseiros, seringueiros, pescadores artesanais, quilombolas (Peireira 2015, Almeida 1981), sem contar as imensas áreas de terras desflorestadas a fim de abranger os projetos que serão implementados. Calcula-se que mais de 600 mil km² de floresta já tenham sido substituídos por pastagens ou lavouras que produzem

7 A transamazônica corta o território de vinte e nove grupos indígenas dos quais, tomando-se a classificação por níveis de contato com a sociedade envolvente, utilizada na época: onze eram grupos isolados, nove de contato intermitente e nove considerados integrados.

basicamente *commodities*. No cerrado, área de transição dentro da Amazônia Legal, cerca de 50% desse bioma já foi atingido. O aumento das práticas de violência, neste contexto, como massacres a povos indígenas, a grupos de garimpeiros, bem como assassinatos de posseiros e trabalhadores rurais receberão registros alarmantes (conforme documentação do próprio Serviço Nacional de Informação –SNI– (Acervo de documentos: Comissão Nacional da Verdade, depositado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

Neste quadro é que contextualizamos as políticas de colonização para a Amazônia, no âmbito do Programa de Integração Nacional –PIN–. Políticas e dispositivos diversos, assim como propagandas do governo e de empresas privadas, estimularam a formação de redes de deslocamentos de pequenos produtores e trabalhadores rurais que, a partir de diversos pontos das regiões brasileiras, se deslocaram para várias “frentes” ou núcleos de empreendimentos agrícolas e de “colonização”, pecuários, minerais, madeireiros, entre outros, na Amazônia.

Particularmente nos anos 1970-1980, a nova política agrária, coordenada pelo INCRA, com a parceria da SUDAM, será implementada. De fato, foi a maneira encontrada para levar o empresariado a investir no mundo rural, participe de um programa de “reforma agrária”. Assim preconiza o discurso, mas na prática, o Estado disponibiliza grandes extensões de terras para os investimentos dos setores privados que confluem na formação de um importante mercado de terras. Agora, contando com a constituição também de um amplo mercado de mão de obra.

É imprescindível, no âmbito das políticas governamentais em conjunto com o capital industrial e financeiro, compreender “como” os planos de desenvolvimento para a Amazônia propõem integrar as diversas regiões brasileiras com base nas políticas que redundarão não apenas em maior restrição ao acesso dos trabalhadores rurais a terra, mas também terão como efeito elevar a expropriação de pequenos proprietários e destituir posseiros, quilombolas, indígenas do direito ao uso da terra.

Tal painel concorre para alterar o quadro econômico e político da região amazônica (Petit 2003, Porto-Gonçalves e Alentejano 2010). Os projetos de “ocupação” do território amazônico, encaminhados e coordenados pelo INCRA, em conjunto com as políticas de incentivos fiscais da SUDAM, e pelos setores empresariais nacionais e estrangeiros revelarão recomposições estratégicas cruciais no movimento de reterritorialização desse espaço social, que provocarão um intenso processo de urbanização decorrente de massivos deslocamentos populacionais do Sul e do Nordeste para o Norte do Brasil. A questão fundiária no Brasil é aqui entendida e tratada como assunto de Estado, num quadro político em que se articulam novos modelos de desenvolvimento econômico e estratégias de controle social –atualizadas segundo os critérios da ditadura militar– e política de segurança nacional (CSN). A administração dos conflitos agrários, em todo o país, passa a ser condição imprescindível para que os governos militares mantenham as alianças com os proprietários de terra e com o capital industrial e financeiro que também passa a investir na terra.

Interessam-nos as práticas. Em 25 de fevereiro de 1981, o Serviço Nacional de Informações registrou em mensagem escrita (Telex), que um grupo de posseiros havia sido retirado da área pretendida pela Cooperativa Agrícola de Cotia (estado de Mato Grosso). A área, inicialmente repassada pelo INCRA para a empresa de colonização INDECO S/A, estava sendo negociada entre as duas empresas, visando a implantação de “projeto de colonização”, quando foi “ocupada” por cerca de 300 famílias. A Polícia Federal foi acionada e se dirigiu para o local. O informe diz que três deputados estaduais e um federal de Mato Grosso, todos do PMDB acompanharam a ação. Menciona a apreensão de armas e afirma que a desocupação foi negociada e pacífica. (Informação 013/117/ACG/81 de 11 de fev. de 1981. O informe fala de 21 fotografias anexas às quais não encontramos junto com essa documentação). Nesse caso específico fica claro que o Estado brasileiro não apenas repassou grandes extensões de terras para empresas privadas em condições privilegiadas e baixos preços por hectare, mas colocou seu aparato repressivo à disposição de tais empresas com vistas a garantir o direito de propriedade. Há que se chamar a atenção para o fato de que em toda a Amazônia brasileira, nesse momento (1981), havia um clima ainda de vigilância provocado pela ocorrência da Guerrilha do Araguaia (de finais da década de 1960 aos primeiros anos da década de 1970), no estado do Pará, que acendeu, de acordo com o aparato policial e militar do Estado e seus órgãos de informação e segurança, um alerta sobre os “perigos da ameaça comunista” em quase toda a região amazônica. No documento do SNI acima mencionado destaca-se a mediação dos deputados evitando o conflito entre policiais e posseiros e a menção ao confisco de armas. Como em toda a leitura de fontes, o não dito também é significativo. O informe não se preocupa em tratar do destino das 300 famílias, restringe-se a dizer que elas foram postas para fora da propriedade. A área em questão naquele momento, era de difícil acesso e estava a 700 km da capital, Cuiabá e a cerca de 800 km da cidade de Santarém, ao norte, já em outro estado, o Pará.

É necessário compreender, nesse contexto, que grandes empresas, tradicionalmente oriundas do setor industrial e financeiro, como a Volkswagen, Bamerindus, Banco de Crédito Nacional, apenas para citar algumas mais emblemáticas, passaram a investir em terras e gado desde finais da década de 1960, usufruindo dos incentivos fiscais a cargo da SUDAM. Estas empresas foram responsáveis pela eclosão de inúmeros conflitos com indígenas, posseiros e trabalhadores rurais (Esterci 1987, Martins 2011). Vale destacar o Projeto Jari por sua peculiaridade, uma fábrica de celulose, com mais de três milhões de hectares de terras, situado entre os estados do Pará e Amapá, instalado em 1967, que utilizava alta tecnologia no processo fabril, mas trabalho análogo ao escravo entre os seus peões. (Esterci 1987, Martins 2011, Pinto 1986). Contudo, o discurso era de *pax agrária* sem debate político, pois os militares afunilavam cada vez mais o nível da intensidade da repressão, até que, em 1968, com o Ato Institucional nº 5 tornou possível a suspensão de direitos políticos dos cidadãos e o *habeas corpus*, além de impor a mais completa censura aos meios de comunicação, que leva o Brasil à mais profunda repressão policial-militar, conforme se pode ler no próprio texto do AI-5:

- Art. 5º – A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:
- I – Cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
 - II – Suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
 - III – Proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
 - IV – Aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.
- (Nunes 2018, Alves 2005).

Nessa trilha, os conflitos sociais são mapeados e alvo de intervenções militares e policiais pontuais. Em 1970, já com o governo do general Garrastazu Médici, políticas governamentais que dispõem sobre os problemas agrários e a população pobre do campo, contando com a base de um grande projeto de infraestrutura, serão apresentadas e formuladas no Programa de Integração Nacional (PIN). Este, instituído por decreto em 1970 e ampliado em 1971, no governo Garrastazu Médici (auge da repressão no Brasil), visa justamente um maior controle e vigilância da “distribuição” da população brasileira pelo território nacional. Nesse caminho, políticas públicas irão direcionar o projeto de “ocupação” da Amazônia, associado à abertura de grandes eixos rodoviários na região, com o fim de recepcionar investimentos em grandes projetos agropecuários e projetos de colonização privada/empresarial e aqueles dirigidos pelo Estado, com base na política de incentivos fiscais e outros favorecimentos financeiros. É fundamental analisar, neste quadro, a divulgação do programa de colonização como política de governo, apresentada como a mais avançada proposta de “reforma agrária”.

A ESTRUTURA POLÍTICO-GOVERNAMENTAL: O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, O PROJETO DA COLONIZAÇÃO

Como mencionado acima, os projetos de “ocupação”, dirigidos pela ditadura militar (1964-85) e associados aos setores empresariais nacionais e transnacionais, revelam recomposições estratégicas cruciais no processo reterritorialização do território amazônico. Este quadro que indica profundas alterações políticas e econômicas deve ser analisado sob a perspectiva das ações efetivas do estabelecimento de um amplo mercado de venda de terras, com os denominados “projetos de colonização” ocupando a linha de frente, sob o poder da iniciativa privada, a fim de viabilizar a política de ocupação territorial nos moldes propostos pela ditadura militar. Como já foi assinalado, prevaleceram os incentivos financeiros à formação das agropecuárias e concessões econômicas de grande vulto às mineradoras e à exploração de madeira (mesmo em meio às práticas ilegais da exploração de minérios e madeira). A atividade pecuária não era novidade, mas os incentivos das agências governamentais, como a SUDAM, por exemplo, deram nova dimensão aos negócios que se intensificaram.

É revelador que somente considerando o mapa político de Mato Grosso, o polo mais importante da iniciativa privada concernente aos projetos de colonização, po-

demos constatar o surgimento de mais de cem municípios novos, em um período de aproximadamente vinte anos, majoritariamente resultado dos projetos de colonização. Já no ano de 2000, os municípios apresentavam, em termos relativos, grande crescimento populacional. Entre os que mais se destacam se encontram: Sinop (65.523), Alta Floresta (39.995), Pontes e Lacerda (43.530), Sorriso (30.614), e Juína (30.073), Confresa (20.748), (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE 2000).

Essa fragmentação territorial, vital à consolidação de uma nova ordem econômica, política e social, resultou em divisão e segregação sociais numa escala de grande repercussão nas composições étnicas na Amazônia, sem considerar os interesses das populações locais, sejam indígenas ou de outros grupos, como os seringueiros, etc. As diversas práticas de violência foram naturalizadas e resignificadas como etapas do processo de desenvolvimento e da construção do “novo”, este associado aos investimentos capitalistas.

Ao direcionar o nosso foco para as novas cidades que se multiplicaram em Mato Grosso nas últimas décadas, estas sugerem um mosaico de imagens que concentram tensões e contrastes: a velocidade do asfalto e das novas edificações que teimam em cortar a paisagem citadina, como retratos do progresso, simultaneamente com a aparição das imagens das lentas carroças, animais que transportam mercadorias nas ruas, homens e mulheres que saem das áreas rurais e estão nos centros das cidades, trabalhadores das áreas de mineração e a circulação de caminhões carregados de toras de madeiras. As pequenas estações rodoviárias são pontos de chegada e partida de famílias inteiras –oriundas de diversas regiões do Brasil– sempre em busca do que foi anunciado como “novo”. Muitas vezes, remetem também à imagens sombrias de homens e mulheres que caminham de uma cidade a outra sempre em busca de terra e trabalho, num deslocar-se constante.

Nos novos municípios não se estabelecem apenas sedes de instituições públicas e centros comerciais, industriais, educacionais-culturais, mas, fundamentalmente, aparecem como núcleos articuladores de toda uma rede de diferenciação e circulação de bens e informações. As cidades recém-criadas constituem-se em suportes materiais e tecnológicos da economia de mercado, na comercialização e consumo de serviços. Ao mesmo tempo, engendram condições sociais de mobilização da força de trabalho associada a um conjunto de informações e processos de regulação e controle instituinte das práticas sociais dominantes. Dessa forma, as cidades podem ser vistas, em seu papel estratégico de redefinição de territórios, não apenas compondo uma “rede urbana”, localizada geograficamente, mas, fundamentalmente, estruturando campos de poder.

Pode-se debater como, neste movimento constante de desterritorialização e reterritorialização, engendram-se políticas de controle pelos setores dominantes sobre os grupos sociais detentores apenas da sua força de trabalho. Práticas de exclusão ou mesmo práticas de cerceamento aos direitos dos trabalhadores, visando impedir o acesso à terra e a bens de consumo coletivo, mantiveram-se, com variações, desde

o momento de “abertura” das áreas para efeito de colonização até a fundação das cidades, reproduzindo, ao fim e ao cabo, os mesmos padrões de exploração encontrados nos centros ditos desenvolvidos. As palavras de Rosa Luxemburg, quando analisou as condições prévias indispensáveis ao processo de acumulação do capital, quanto à sua “elasticidade e capacidade súbita de ampliação”, incluindo novos territórios que, graças à sua condição “pré-capitalista” veem ressurgir formas brutais de exploração da terra e do trabalho, podem ainda ser evocadas: “É somente o capital dotado dos respectivos meios técnicos que consegue executar a mágica de criar revoluções tão maravilhosas em tão curto tempo”. (Luxemburgo 1985, p. 246).

O tema que versa sobre as novas cidades que surgiram dos projetos de colonização na Amazônia vem sendo investigado desde os finais do século XX e vários autores já chamaram a atenção também para a associação que se pode fazer entre militarização e capitalismo na Amazônia, no período da ditadura (Almeida 1981, Ianni 1979, Martins 1984). O estudo das novas cidades que, num sentido preciso, podemos chamar de “cidades de fronteira”, articulado às análises sobre as áreas de mineração, agropecuárias e de extrativismo vegetal, projeta-se, portanto, num universo de múltiplas variáveis (Joanoni Neto e Guimarães Neto 2017). Reconstruir os fios de tensões sociais que todo o processo de reordenamento espacial no território amazônico nos revela, projeta a possibilidade de trabalhar com o cruzamento de uma pluralidade de práticas sociais e culturais que debatem os caminhos através dos quais as “cidades de fronteira” foram projetadas e construídas.

DA PROMESSA DA TERRA À URBANIZAÇÃO

Ao adentrar os discursos governamentais que tratam da “ocupação” da Amazônia, analisamos as justificativas para a colonização que fundamentaram a proposta de reforma agrária dos governos militares, especialmente do governo Garrastazu Médici (1969-1974). Um dos pilares das justificativas é a demanda de um novo mercado de trabalho, que estimula o deslocamento de trabalhadores rurais, aliada à necessidade do capital em agregar valor à terra nos “novos espaços”, bem como a avaliação política da pressão dos conflitos fundiários na disputa pelas já valorizadas terras no Sul do Brasil. O Movimento dos Agricultores Sem Terras –MASTER–, que existia desde o início dos anos 1960, era visto como de inspiração comunista, atuava para pressionar a reforma agrária, antes do golpe militar de 1964. Além disso, setores das oligarquias agrárias justificavam novas iniciativas de ocupação na Amazônia em razão dos graves problemas socioeconômicos encontrados no Nordeste brasileiro (Velho 2009, p. 175).

Assim, os grupos civis e militares no poder respondem a essas diferentes questões após 1964, com a reestruturação das agências públicas, criação de outras instituições e a apresentação de um conjunto de leis a fim de viabilizar a execução de um grande projeto de “ocupação” do Norte e Centro-Oeste brasileiros. Para mencionar algumas dessas medidas: Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, reformulou a Superintendência

para a valorização Econômica da Amazônia –SPVEA– criando a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia –SUDAM–. Lei 5.174 de outubro de 1966: “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências”. O Decreto-Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967 criou o Ministério do Interior e o Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia Legal. Decreto 61.330 de 11 setembro de 1967 criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia com forte participação de militares do Conselho de Segurança Nacional e do Estado Maior das Forças Armadas. O Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970 criou o Programa de Integração Nacional. Poderíamos ainda lembrar da reformulação de agências visando adequá-las à nova orientação do Estado brasileiro, como a transformação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da reorganização que deu origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Um grande projeto político-institucional de governamentalidade se instaurava.

Mencionar algumas das medidas legais tomadas pelo Estado brasileiro nesse momento tem o propósito de mostrar e problematizar que o projeto de “ocupação” da Amazônia, levado a cabo durante a ditadura militar, não encontra paralelo entre as ações tomadas em outros momentos da história republicana. Foi uma ação deliberada, planejada e que respondia, no geral, ao princípio da Segurança Nacional. O decreto, nesse sentido, é exemplar:

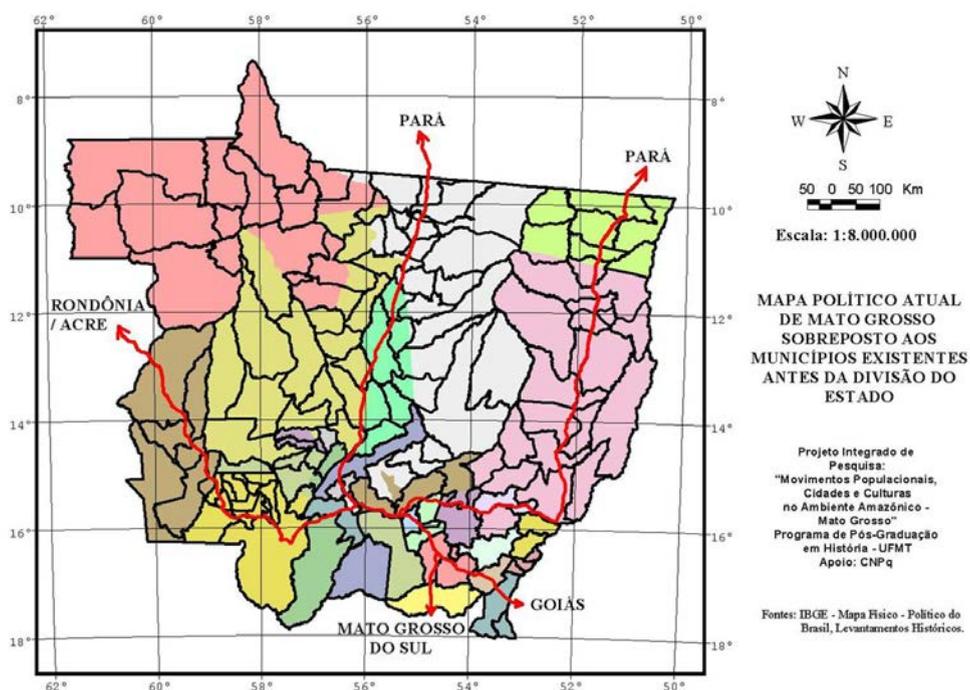
§ 2º A colonização com fins de povoamento e segurança nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequena e média empresas rurais, definidas nos termos da Lei, e em especial no § 2º do art. 60 do Estatuto da Terra e sua regulamentação. (Brasil 1966. Art. 5º).

Ao mesmo tempo, os discursos dos responsáveis pelas agências criadas para desenvolver tal projeto, cuidavam de tranquilizar a opinião pública quanto aos impactos sobre a floresta. A legislação assegurava o desmatamento de 50% dos lotes aos colonos que se fixassem em terras dentro da Amazônia Legal e cabia ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), realizar a fiscalização e controle. Os efeitos desse avanço sobre terras e povos indígenas também foram objeto de discursos. Os direitos desses povos sobre suas terras, as preocupações com possíveis conflitos, tudo foi apontado, e apresentado como prioridade para ser respeitado. “As terras do silvícola serão mantidas e respeitadas. A FUNAI acompanhará o traçado das rodovias para evitar e prevenir encontros não pacíficos”. (Rezende 1971, p. 402). Sabe-se que não ocorreu assim, as práticas foram outras, como apontam os grandes índices de desmatamento e os graves problemas que os indígenas enfrentaram. Mas, os discursos ao público seguiam outra direção, sobretudo enquanto ainda repercutia na mídia internacional o caso do “massacre do paralelo onze” (Martins 1997, p. 167), quando seringalistas patrocinaram a chacina do grupo indígena Cinta-Larga, inclusive mulheres e crianças, com requintes de crueldade. Ao mesmo tempo, as empresas de colonização faziam a

propaganda junto aos colonos quanto ao acesso aos projetos, infraestrutura (escolas, atendimento de saúde, assessoria agrícola), fornecimento de mercadorias para consumo diário. Para isso, usavam matérias pagas nos jornais dos estados do Sul do Brasil, folder e cartazes, apresentações em sindicatos rurais, tudo visava “vender” os projetos. Chama a atenção o fato de que o público alvo, conforme já foi mencionado, era formado por trabalhadores e pequenos produtores rurais e o ponto central de todos os projetos de colonização, o planejamento de núcleos urbanos.

OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL

Figura 1: Mapa comparativo de Mato Grosso (1970-2000)



Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa em História. UFMT.

Conforme se pode verificar no mapa acima (figura 1), fixamos nossa análise no que corresponde ao espaço do atual estado de Mato Grosso (por força da Lei Complementar 31 de 1977, essa unidade administrativa foi dividida, criando-se o estado do Mato Grosso do Sul), mais uma das já mencionadas medidas do governo ditatorial visando reordenar a faixa de fronteira Oeste e a Amazônia Legal. Observando o mapa, o estado

de Mato Grosso antes de 1970 estava dividido em seis grandes municípios na sua faixa territorial ao norte, da esquerda para a direita na sequência: Aripuanã, Diamantino, Nobres, Chapada dos Guimarães, Barra do Garças e Luciara. No total, o estado possuía 38 municípios. Em pouco mais de quatro décadas, esse número saltou para 141, dentre eles 67 não chegavam a dez mil habitantes e 45 estavam com uma população entre dez e vinte mil habitantes. Apenas 29 estavam acima de 20 mil habitantes (Miranda 2016, p. 33). Essa fragmentação é resultado direto das políticas de reocupação do estado de Mato Grosso empreendidas pelo governo da ditadura militar.

Segundo Guimarães Neto (2002, p.145), dados do INCRA, coletados em 1981, mostram que de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (inclusive aquelas cujos registros foram cancelados), entre 1970 e 1981, 42% estavam localizadas em Mato Grosso. De um total de 82 empresas em funcionamento efetivo, 52% tinham projetos em Mato Grosso; dos 125 projetos autorizados a funcionar, 60% estavam no estado. As rodovias federais funcionaram como corredores norteadores da migração. Os maiores projetos privados de colonização aconteceram muito próximos dessas rodovias, 49% deles (75 projetos), ao longo da Cuiabá-Santarém (BR-163). Esta, mais a BR-158 e o complexo Br-364 e BR-174, criados durante o governo militar, tinham a intenção de abrir esses territórios à exploração econômica, interligando a Amazônia aos centros econômicos mais dinâmicos do país.

Esses projetos podiam ser de colonização, basicamente um empreendimento imobiliário de venda de terras em lotes rurais e urbanos aos interessados, ou empreendimentos agropecuários. Analisando-os mais cuidadosamente, temos que os investimentos no setor primário cresceram rapidamente a partir de 1966 com a predominância da pecuária. Neste ano foram aprovados cinco projetos. Em 1967, aprovados outros 55, majoritariamente para o setor primário, sendo 10% para a agricultura e 90% para a pecuária. A indústria de transformação continuou a receber incentivos, com 31 projetos em 1967 ou 27% dos incentivos totais. As medidas tomadas começavam a formar os contornos daquilo que será, após 1970, uma tendência predominante em toda a Amazônia, ou seja, os investimentos do capital financeiro na pecuária, mais fortemente visível nos estados do Pará e Mato Grosso. (Joaroni Neto e Guimarães Neto 2017, p.10).

Observando os projetos de colonização em detalhes, alguns aspectos merecem destaque. O primeiro deles foi o estabelecimento do setor privado como intermediário entre INCRA e colonos, efeito dos problemas enfrentados pelo órgão durante a “ocupação” do estado de Rondônia (1960/1970) e das pressões empresariais (a Associação dos Empresários da Amazônia que tinha sede na cidade de São Paulo), que viam no volume de recursos públicos disponíveis e nas condições para sua captação um excelente negócio. Em segundo lugar, a quantidade de terras repassadas e essas empresas, e muitas delas um negócio de família. A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), de propriedade do Sr. Ênio Pepino, recebeu 400 mil hectares para o projeto SINOP. Ela desenvolveu outros projetos no Estado. A Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), de propriedade do Sr. Ariosto da Riva, recebeu 400 mil hec-

tares para o Projeto Alta Floresta e também recebeu outros milhares de hectares de terra para desenvolver novos projetos no estado. A Cooperativa Tritícola do Iguaçu (COTRIGUAÇU), recebeu um milhão de hectares, não conseguiu executar o projeto que levava seu nome e teve que dividir essa tarefa com outras empresas.

Todos esses projetos, para que fossem aprovados, deveriam ser submetidos à análise do INCRA. Eles deveriam prever a distribuição dos lotes em seus diferentes tamanhos (era proibida a venda de lotes acima de 10 mil hectares), o estabelecimento de um núcleo urbano com a instalação da infraestrutura básica, as estradas de acesso aos lotes a partir desse núcleo, análises de solo, cobertura vegetal existente na área, regime de chuvas, previsão de possíveis atividades agrícolas (o que produzir e seu valor comercial), sem tais informações ele não poderia ser aprovado. O interesse das empresas em elaborar tal volume estava não só na aprovação pelo INCRA, mas também em subsidiar seus corretores com as informações para a venda dos lotes. Alguns projetos apresentavam detalhamento impressionante como a planta da construção da escola prevendo o uso de telha cerâmica e alvenaria e campo de futebol, com dimensões, detalhes da fixação de traves e marcações das linhas e é óbvio que isso foi muito usado na sua comercialização, junto com fotos de estradas em terra bem conservadas, plantações de arroz, mandioca, banana, atendimento regular por linhas de ônibus interurbanos, entre outras informações. Pode-se ouvir a voz de um “colono”:

Teve um programa da Colonizadora Cotriguaçu que iludiu o povo do Paraná, para ver que tinha tudo aqui, as terras, um monte de madeira... Eles nos trouxeram para cá para mostrar as terras [...]Traziam o pessoal de Cuiabá até aqui de avião, ficava fechado dentro do hotel ali, não saía para canto nenhum da cidade, para ninguém ficar sabendo o que a gente veio fazer e eles levavam a gente direto para o mato. Aí mostrava a mata... a gente achou bonita a mata, a floresta, tudo... Mas tudo que era árvore era mogno e cerejeira, então a gente foi iludido pelo mogno e cerejeira na época. E na verdade eram outras madeiras, era castanheira... A gente não conhecia. (Entrevista com um dos colonos. In: Joanoni Neto 2007, p.50-1).

O que se viu na prática foi bem diferente. Os relatos dos primeiros moradores falam do isolamento em razão das estradas ruins, da falta de informação sobre como trabalhar com os tipos de solo existentes nas diferentes áreas, das dificuldades para se comunicarem com seus parentes que haviam ficado no Sul do Brasil, da falta de gêneros básicos para consumo diário, das dificuldades para o atendimento básico de saúde, falta de escolas e quando elas existiam, mesmo que improvisadas pelos colonos, faltavam professores e atendimento de transporte. Como os empreendimentos eram privados, o acesso aos projetos era controlado por cancelas, guaritas e homens armados para, na versão das empresas, evitar que as terras fossem invadidas por pessoas sem condições econômicas para comprá-las. No projeto de colonização de Juína (noroeste do estado de Mato Grosso), os relatos se referem à vigilância da empresa, do seguinte modo:

Servia para impedir que entrassem pessoas sem ser colonos, sem querer comprar terras, ou especuladores, ou invasores [...] Um controle de acesso. [...] Só tinha um acesso para Juína na época, [...] então existia um posto fiscal no km 180 [...] justamente no rio 21 aonde começa o projeto Juína. Tinha um tenente, tinha uma fiscalização que via se a pessoa que estava chegando

e estava autorizada a vir para Juína. [...] Era um pessoal ligado à polícia sim, mas... prestava serviço. (entrevista com um funcionário da empresa de colonização. In: Joaroni Neto 2007, p.132)

Nos projetos onde a produção de arroz foi muito bem-sucedida, os custos para levá-la até uma cidade maior, inviabilizavam a produção. Lembramos na maioria dos casos, dadas as dimensões do estado de Mato Grosso, as distâncias entre a capital e os núcleos urbanos nascentes, superavam os 500 quilômetros chegando ao dobro disso em alguns casos em estradas muito precárias. As viagens, que entre as cidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Cuiabá podiam demorar 3 a 5 dias em caminhões com os pertences dos colonos, estendiam-se por mais 10 a 15 dias entre Cuiabá (a capital) e os locais dos projetos. (Joaroni Neto 2007).

A mudança foi horrível, meu marido veio de caminhão na frente, ele deixou os caminhões aqui com meu cunhado e ele ficou trabalhando. Ele foi me buscar de ônibus, a TUT já fazia a... sei lá era uma duas vezes por semana, mas fazia a linha de Vilhena, demorei dez dias para chegar do Paraná aqui. Dois dias até Cuiabá e oito dias de Cuiabá para cá [Juína, 740 km de Cuiabá] a gente com criança pequena não tinha quatro anos completo ainda, essa viagem foi na época da seca. (entrevista de uma mulher, mulher de um dos colonos. In: Joaroni Neto 2007, p. 132).

Tocamos aqui em alguns dos aspectos referentes ao estabelecimento dos colonos nas áreas dos projetos de colonização. Poderíamos ainda estender nossas análises para as difíceis relações entre os colonos e os povos indígenas. Os estranhamentos e a difícil convivência. Vale lembrar que, apesar dos discursos oficiais, conforme brevemente citado acima, esses grupos –indígenas– foram ignorados pelas políticas oficiais e pelas empresas particulares. Com frequência, os projetos se colocaram sobre suas terras e se apropriaram de grandes extensões. Um entendimento mais completo sobre como se deu essa chegada das empresas, a abertura das áreas e os reflexos disso sobre as diferentes etnias encontradas no Mato Grosso, ainda está por ser feito, mas os estudos já existentes nos permitem afirmar que o índio foi duramente atingido pelo avanço dos projetos de colonização sobre a floresta. (Cf. Santos 2018, Valente 2017). Também as relações entre os diferentes grupos migrantes, colonos, entendidos como trabalhadores agrícolas capitalizados com a venda de suas terras no Sul e que foram para os projetos tentando melhorar de vida, trabalhadores rurais que chegavam aos projetos em busca de emprego, garimpeiros, grupo muito heterogêneo que tinha interesses bastante diferentes dos colonos, voltados para a extração de ouro e diamantes. Estes, logo que se fixavam em um determinado local, muito rapidamente ali crescia uma vila que podia chegar a mais de mil pessoas e durar poucos meses ou anos e repentinamente desaparecer, dependendo da quantidade de minério extraída. Os resultados para o entorno eram trágicos. No caso da mineração de ouro, o uso do mercúrio contaminava os mananciais de água e o solo. A floresta podia desaparecer, como aconteceu em Peixoto de Azevedo, Apiacás e Juína, cidades da parte norte do estado de Mato Grosso, inviabilizando as próprias atividades agropecuárias. Dentre os trabalhos que tratam desse tema, mencionaremos aqui apenas o do sociólogo João Carlos Barrozo (2007). Estender as análises sobre esses dois pontos, aqui brevemente

enunciados, fugiria aos nossos objetivos. Não se deve deixar de mencionar, ainda, que nas áreas de predomínio das madeireiras, foram comuns os turnos de 14 horas, 16 horas de trabalho, exploração do trabalho feminino e de crianças, graves problemas de saúde, sobretudo por intoxicação por inalação de pó e fumaça, pelos produtos químicos e constantes acidentes de trabalho. Cidades como Sinop e Juína abrigaram centenas de empresas madeireiras de diferentes portes, desde pequenas serrarias a grandes agroindústrias explorando os fartos recursos naturais ali existentes e empregando a mão de obra local.

Além disso, a produção agrícola se tornava cada vez mais inviável para os colonos sem capital e já em dívida com os bancos. Em razão das dificuldades, muitos “colonos” não conseguiram se manter nas “novas terras”.

– Estou vivendo o ano agrícola à custa do fornecimento do patrão, praticamente, não tenho alternativa, senão entregar a ele todo o produto do meu trabalho, esperando que dê pelo menos pra cobrir o fornecimento...
O futuro aqui é do patrão! (Entrevista de um colono, Guimarães Neto 2002)

Ou diziam também: “A esperança é o pasto! A tendência é fazer pasto e aí muita gente vai ter que ir embora. Plantando pasto vai tudo pra trás! A terra aqui é do boi! (entrevista de um colono, Guimarães Neto 2002)

Alguns tentaram voltar aos seus lugares de origem, sem sucesso, outros migraram para a capital Cuiabá e os efeitos desses deslocamentos inviabilizaram a posse da terra. Alguns acreditaram que em outro projeto teriam mais sorte e vendendo o pouco que tinham ao preço possível, novamente se deslocariam em busca de terra, como trabalhadores expropriados. A “colonização”, dessa forma, foi um instrumento de poder nas mãos dos grandes proprietários e empresas que atuaram com o negócio de terras, para incorporar valor a terra e formar um grande mercado de trabalho em território da Amazônia Legal. Esse contexto histórico se relaciona intrinsecamente com o movimento do mercado de terras hoje no país e a lógica da expansão da agricultura moderna e empresarial, e encontra ressonância nas análises de Leonilde Medeiros:

A dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agronegócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com, ao que tudo indica, altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiridas, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já deflorestadas, ‘limpas’ e prontas para a reconversão produtiva. Trata-se de um movimento constante, que envolve tanto o recorrente fracasso de alguns, quanto a prosperidade de outros. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, a crítica à delimitação de reservas indígenas e a oposição à atualização dos índices [de produtividade da agricultura brasileira]. (Medeiros 2010, p. 3)

A prática efetiva da colonização acabaria por demonstrar que o que mais interessava às empresas era a valorização/disponibilização de suas terras no mercado, privatizando espaços públicos. Vários colonos revendiam suas áreas, abandonando seus

lotes, e seguiam para outros projetos de colonização, que se abriam no mesmo estado de Mato Grosso ou em outras partes da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São com esses fios, enredados nas diversas tramas e contextos, que melhor se pode investigar o legado da ditadura militar no Brasil a partir de um passado recente sobre a memória do trabalho, das condições históricas vivenciadas pelos trabalhadores, dos constantes deslocamentos migratórios no território amazônico e da violência que esse processo engendrou. Em razão desse leque de estudos que envolveram e envolvem diferentes práticas de violência que se inserem e atualizam a (re)ocupação da Amazônia na história contemporânea do Brasil, podemos mobilizar outras histórias que pressionam nossas investigações a experimentar tratamentos inéditos na utilização de documentos escritos, visuais e orais, a fim de relevar a construção do passado recente. Se interessava aos governos militares e as elites agrárias nacionais o controle dos conflitos no campo em todo o país –a *pax agrária*–, a violência no meio rural no Brasil conta outra história, conforme os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), considerados internacionalmente, e os próprios registros do Serviço de Informação Nacional (SNI), produzidos durante a ditadura militar (1964-85) com o fim de vigiar e controlar a sociedade brasileira. Para contrapor-se aos conflitos no campo, o discurso dos governos da ditadura afirmava a realização do maior programa de reforma agrária do mundo, mas, rapidamente, o que se viu como resultado foi a concentração da terra num patamar ainda maior, com indígenas, posseiros e trabalhadores rurais sem acesso à terra e em luta pela terra.

O modelo de desenvolvimento econômico aqui analisado, no âmbito do qual se encontram as propostas para a chamada “modernização da agricultura” na Amazônia, articulou-se ao que já vigorava na parte Sul e Sudeste do Brasil, com base no desenvolvimento da agroindústria, denominada de “Revolução Verde”. Este processo completava o quadro de expropriação dos pequenos produtores no Sul do Brasil, personagens que representariam os futuros “colonos do Norte”. Tal formato político e opções econômicas provocaram a constituição de um novo mercado de trabalho relacionado às frentes de investimentos que se instalavam nos espaços amazônicos, como tão bem demonstrou Ianni (1979). É assim que as alianças, que conciliaram os interesses do governo com os empresários, assentaram-se em práticas que ampliavam consideravelmente a participação e a venda de terras públicas nos estados da região amazônica para empreendimentos econômicos privados, ocorrendo um processo de privatização de grandes extensões de terra no território nacional. Coube não apenas ao capital nacional as iniciativas de compra de terras na Amazônia a preços extremamente baixos, quando não eram de fato apropriações ilegais –em especial, de terras indígenas– mas também ao capital estrangeiro que crescentemente angariava grandes lucros na exploração das riquezas.

É nessa configuração econômica que os estados da Amazônia brasileira foram vistos como áreas de “fronteira agrícola”, áreas dos novos colonos e novas cidades, que se abriram aos investimentos capitalistas, subsidiados pelos incentivos fiscais das instituições brasileiras e que constam nos programas de “integração nacional”. A coordenação política era dos órgãos estatais e sob a vigilância ferrenha dos militares. Extensões e mais extensões de terra se tornaram, ainda, reserva de valor, com a maximização da renda da terra –integradas ao mercado capitalista (renda da terra que se reproduz com novas estratégias nos dias de hoje)–. É assim que os projetos de colonização ganharam centralidade e representaram ações efetivas de deslocamentos programados e mesmo não programados de grupos sociais para várias áreas emergentes de colonização na região amazônica.

Difundiu-se a ideia e o discurso da modernização e desenvolvimento e, de fato, foram investidos bilhões de dólares em todo o território, mas basta uma rápida mirada para que se verifique os alarmantes índices de pobreza e violência na região amazônica, os gravíssimos problemas de infraestrutura, os alarmantes dados sobre a desflorestação e os usos inadequados, muitas vezes criminosos, dos recursos naturais de toda a Amazônia em benefício de poucos. Finalmente, há que se considerar que a luta pela construção (ou pelas seguidas reconstruções?) da memória desse período da história do Brasil ainda se encontra em disputa. Se a fonte geradora da historiografia é a crítica do passado histórico, releitura operada a cada geração, é a historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com a produção que procura ter como referência. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica que exige diferenciar os lugares de fala e dar a ela legibilidade no presente. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta trás de si a sua própria imagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M., 2007. *História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História*. Bauru: EDUSC. 290 p.
- ALMEIDA, A., 2008. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas. 192 p.
- , 1981. Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, n.º 2, mar-abr, pp. 14-26. Campinas.
- ANDRADE, M., 1989. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática. 64 p.
- ALVES, M., 2005. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC. 424 p.
- ARAÚJO, J. de, 2015. *A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 265 p.
- BARBOSA, R., 2007. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ. 372 p.
- BARROZO, J., 2007. *Em busca da pedra que brilha como estrela*. Cuiabá: Carlini & Caniato. 256 p.
- BORGES, J., 1999. *Obras completas de Jorge Luis Borges*, vol. I. São Paulo: Globo. 707 p.
- COSTA, A., 2002. *Senhores da Memória: uma história do Nambiquara do cerrado*. Cuiabá: UNICEN Publicações. 200 p.

- DOSSE, F., 2010. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: EdUNESP. 361 p.
- ESTERCI, N., 1987. *Conflito no Araguaia. Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis, RJ: Vozes. 237 p.
- FERREIRA, J. y A. GOMES, 2014. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 406 p.
- FICO, C., M. P. ARAUJO & M. GRIN (orgs.), 2012. *Violência na História. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. 284 p.
- FIGUEIREDO, L., 2015. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Cia. das Letras. 248 p.
- FOUCAULT, M., 2008. *Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. 484 p.
- FREIRE, J., 1997. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT. 338 p.
- GUIMARÃES NETO, R., 2002. *A lenda do ouro verde*. Cuiabá: UNICEM, 168 p.
- , R., 2012. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: R. LAVERDI, M. FROTSCHER, G. R. DUARTE, M. F. MONTYSUMA & A. T. MONTENEGRO (orgs.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Florianópolis / Recife: EdUFSC / EdUFPE. 333 p.
- MONTENEGRO, A. T., 2006. Ocupação, cidades e violência na Amazônia-Brasil. In: J. L. GONZÁLEZ & F. SAVARINO (orgs.). *Itinerários, cultura, memória e identidades en América Latina y el Caribe*. Cidade do México: Departamento de publicaciones, Escuela Nacional de Antropología e Historia. p. 55-81.
- IANNI, O. 1979. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 249 p.
- GOMES, Â. & R. GUIMARÃES NETO, R., 2018. *Trabalho escravo contemporâneo. Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 198 p.
- IBGE, 2000. Divisão de Pesquisas em Mato Grosso. Setor de Documentação e Disseminação de Informações.
- LIMA, M., 2012. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. 2. ed., Recife: Editora da UFPE. 269 p.
- JOANONI NETO, V., 2007. *Fronteiras da Crença*. A ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato. 256p.
- & R. GUIMARÃES NETO, 2017. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*. v. 26, p. 144-156.
- LUXEMBURG, R., 1985. *A acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 418 p.
- MARTINS, J., 1984. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 134 p.
- , 1997. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec. 203 p.
- , 2011. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto. 252 p.
- MEDEIROS, L., 2010. *A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária*. Disponível em <http://vermelho.org.br/noticia/124122-1>. Acesso: 15 fev. 2018.
- MIRANDA, L., 2016. *Atlas Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas. 63 p.
- MOURA, Rosa, 2000. Cinco séculos de desigualdades na apropriação do solo urbano. En: Â. SOUZA, E. SOUZA & L. MAGNONI JR. (orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE. pp. 197-208.
- PEREIRA, A., 2015. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora da UFPE. 386 p.
- PETIT, P., 2003. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu. 349 p.
- PINTO, L., 1986. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwuij*. São Paulo: Marco Zero. 222 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. & P. ALENTEJANO, 2010. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. En: A. CANUTO, C. R. SILVA & I. WICHINIESKI (coords.). *Conflitos no campo Brasil 2009/CPT*. São Paulo: Expressão Popular. 200 p.
- REZENDE, E., 1971. Estradas na Amazônia. In: *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 403 p.
- ROMANCINI, S. (org.), 2008. *Novas territorialidades urbanas em Cuiabá*. Cuiabá: EDUFMT. 176 p.

- (org.), 2009. *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EDUFMT. 273 p.
- SANTOS, M., 1996. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. 308 p.
- , 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record. 473 p.
- SANTOS, J., 2018. *A fronteira como lugar das diferenças: Rikbaktsa entre a Igreja e o Estado (1930-1985)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 245 p.
- SOUZA, M., 2009. *Retalhos de vida: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Cuiabá. 235 p.
- VALENTE, R., 2017. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras. 520 p.
- VELHO, O., 2009. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 126 p.
- VILARINHO NETO, C., 2009. *A metropolização regional*. Cuiabá: EDUFMT. 140 p.